



As negociações sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês) seguem em ritmo acelerado à medida que se aproxima a 15ª Conferência das Partes (COP 15), que será realizada em Copenhague. Nessa ocasião, além de fazer um balanço do regime vigente sob o Protocolo Quioto - cuja implementação é notoriamente fraca -, os países signatários negociarão os termos do novo acordo climático.

Há grandes expectativas de que os (EUA) -

- país que não ratificou o Protocolo de Quioto - sejam incluídos de forma significativa no novo acordo, bem como certos países em desenvolvimento (PEDs) que não possuem compromissos de mitigação fixados no regime atual.

Contudo, as últimas reuniões têm apresentado poucos avanços em direção a um consenso acerca de compromissos em corte de emissões de gases de efeito estufa (GEEs) ou mitigação. O encontro em Nova Délhi, realizado em 22 e 23 de outubro, rendeu um acordo acerca de elementos a serem incluídos em um pacote sobre transferência de tecnologia ambiental. Entretanto, a rigidez nos posicionamentos polarizados entre países desenvolvidos (PDs) e PEDs quanto às responsabilidades de cada grupo permaneceu inalterada.

XIX Cúpula Iberoamericana

A 19ª Cúpula Ibero-Americana terminou hoje com uma aposta pela inovação e pela tecnologia, divergências sobre as eleições em Honduras e a ausência no encerramento dos líderes de dez dos 22 países da região.

Os líderes de Estado e de Governo de América Latina, Espanha, Portugal e Andorra aprovaram a declaração final da cúpula, que inclui 33 pontos e que estabelece que a inovação e o conhecimento, eixos centrais da cúpula, são instrumentos fundamentais para "erradicar a pobreza, combater a fome e melhorar a saúde".

O secretário-geral ibero-americano, Enrique Iglesias, disse que a reunião "deu respostas à necessidade de promover a inovação tecnológica" e destacou algumas das iniciativas que foram aprovadas, como o acordo para a criação de um fórum bienal sobre ciência e tecnologia.

Um ponto no qual não houve consenso foi o Programa Região Ibero-Americana Inova, impulsionado por Espanha, Brasil e Portugal e dirigido a reforçar a cooperação em pesquisa aplicada e inovação tecnológica, sobretudo entre as pequenas e médias empresas, mas que não chegou a ser aprovado.



Temas do mês



Contagem regressiva para Copenhague: agricultura e mudanças climáticas

A reunião mais recente, realizada em Barcelona entre 2 e 6 de novembro, também não assistiu ao esperado movimento por parte dos países-chave. A hesitação do congresso estadunidense em admitir a possibilidade de que o país assuma compromissos de redução de emissões suscitou críticas por parte dos representantes de vários PEDs. Delegados de diversos países africanos questionaram o engajamento dos PDs nas negociações climáticas.

A despeito da expectativa acerca da superação das divergências entre os países durante as próximas semanas, os trabalhos de elaboração dos textos que servirão de base para as negociações prosseguem. Um dos objetos de discussão relacionados à mitigação são as “abordagens setoriais cooperativas e ações setoriais específicas”. Dentre tais propostas, o tema da agricultura tem recebido especial atenção nos recentes encontros.

Duas opções no esboço de texto atual - A agricultura responde por 14% das emissões globais de GEEs. Os impactos ambientais, econômicos e sociais das mudanças climáticas previstos sobre o setor agrícola são relevantes e complexos. Em alguns casos, o impacto pode ser positivo, porém, no quadro geral, a segurança alimentar estaria sob considerável ameaça, como resultado de secas, inundações e, possivelmente, a produção de biocombustíveis.

Os membros da UNFCCC têm trabalhado em um esboço de texto dividido em duas seções, as quais são negociadas por subgrupos voltados aos tópicos definidos no Plano de Ação de Bali - que iniciou novas negociações e estipulou as áreas a serem incluídas no novo acordo geral. O texto do subgrupo dedicado às abordagens cooperativas setoriais, marcado por diversos parênteses e parágrafos alternativos, contém uma seção específica sobre agricultura.

Nas negociações, o tema agrega parte dos interesses de PDs e PEDs, mas também destaca pontos sensíveis sobre potenciais impactos para o comércio. Um curto parágrafo ressalta a importância das ressalvas relacionadas ao desenvolvimento, porém indica que as atividades no setor não devem resultar em barreiras ou distorções ao comércio internacional de bens e produtos agrícolas. Este ponto faz clara referência às medidas nacionais embasadas em preocupações sobre competitividade, tais como rotulagem, “pegada” de carbono (*carbon footprint*) e medidas de ajuste na fronteira.

O texto apresenta duas alternativas. A primeira opção recomenda às partes que empreendam esforços para promover a mitigação no setor agrícola. A segunda sugere a promoção e cooperação em pesquisa, desenvolvimento, aplicação e difusão de tecnologias, a fim de incentivar a mitigação no setor. Em outras palavras, na primeira opção, os esforços de mitigação poderiam constituir obrigações vinculantes, que poderiam ser alcançadas por diferentes meios; enquanto na segunda opção a mitigação no setor resultaria de promoção e cooperação.

Segurança alimentar negligenciada? - A ausência de uma menção explícita à importância de garantir a segurança alimentar constitui uma omissão relevante em ambas as opções.

A primeira delas contém uma referência importante à eficiência e à produtividade nos sistemas produtivos agrícolas - elementos considerados críticos à gestão da segurança alimentar sustentável em longo termo, especialmente nos PEDs. A proposta contém, ainda, diversas referências entre parênteses sobre considerações importantes para os PEDs, tais como: a

proteção dos interesses de pequenos agricultores; o reconhecimento de conhecimentos tradicionais; a conversão dos sistemas produtivos agrícolas em sustentáveis; e a necessidade de promover cooperação em tecnologias, práticas e processos. Uma vez que todos estes elementos se encontram entre parênteses, não há clareza sobre quais devem permanecer no texto de compromisso.

A segunda opção coloca a abordagem cooperativa no centro das estratégias de mitigação. O texto ressalva que as medidas tomadas em decorrência do acordo não devem resultar em barreiras ou distorções ao comércio agrícola internacional. A proposta também atribui ao Órgão Subsidiário para Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA, sigla em inglês) o desenvolvimento de um programa de trabalho para a mitigação, além de convidar as partes a enviar sugestões sobre este ponto. Em vista da carência de análises e do rápido progresso das questões agrícolas na agenda climática, tais colaborações seriam bem-vindas.

Outra cláusula entre parênteses determina que as abordagens setoriais não devem levar à compensação de carbono ou a iniciativas que tenham resultados negativos para as florestas. Enquanto o foco desta proposta parece repousar sobre a cooperação setorial - ao invés de metas nacionais descoordenadas - alguns observadores defendem que o texto seja esclarecido acerca disso. Defendem, ainda, que seja incluída uma referência a reservatórios de carbono em geral no dispositivo que menciona florestas. (*Pontes Quinzenal*, vol. 04, n. 19, 9/11/2009)

Texto completo: <http://ictsd.org/i/news/pontesquinzenal/58830/>

EUA vão propor corte de 17% nas emissões em Copenhague

Câmara dos Representantes norte-americana aprovou lei que estabelece a meta de redução até 2020

Os Estados Unidos vão prometer cortar suas emissões de gases-estufa em 17% até 2020 na reunião da ONU sobre mudanças climáticas em dezembro, disse a Casa Branca nesta quarta-feira, 25. A posição que será levada pelo presidente Barack Obama ao encontro entre líderes mundiais em Copenhague vem sendo atrasada pela demora do Senado em aprovar uma lei do clima para o país.

A Câmara dos Representantes aprovou uma lei que estabelece uma meta de redução de 17% para as emissões até 2020, tendo como base os níveis de 2005. A versão do projeto no Senado prevê um corte de 20%.

A União Europeia pressionava os Estados Unidos a levarem uma meta de redução da emissão de CO₂ para a cúpula da ONU em Copenhague, alegando que a demora da definição estava comprometendo os esforços das outras nações de combater as mudanças climáticas.

Presença de Obama é crucial - O presidente Barack Obama confirmou que viajará a Copenhague para participar do início do encontro da ONU sobre mudanças climáticas em 9 de dezembro antes de receber o prêmio Nobel da Paz numa cerimônia em Oslo, na Noruega.

Na sexta-feira, o chefe das Nações Unidas para mudança climática, Yvo de Boer, havia afirmado que a presença de Obama "faria uma enorme diferença". Geralmente, são ministros de meio ambiente que participam dos últimos dias das reuniões anuais de mudanças climáticas da ONU.

O primeiro-ministro dinamarquês, Lars Lokke Rasmussen, afirmou que a participação dos chefes de Estado será "crucial" para o sucesso do encontro. (*O Estado de São Paulo*, 25/11/2009)

Acordo sobre mudanças climáticas será difícil em Copenhague

Maurício Thuswohl

Os líderes mundiais não conseguem chegar a um entendimento para a adoção de uma agenda comum de combate ao aquecimento global. Após dois anos de preparação, diversas reuniões multilaterais e muita discussão, tudo indica que a 15^a Conferência da Convenção sobre Mudanças Climáticas da ONU (COP-15), que acontecerá em Copenhague entre os dias 7 e 18 de dezembro, não atingirá seu principal objetivo. A menos de um mês do encontro na Dinamarca, ainda não existem sinais visíveis de um acordo com metas concretas de redução

das emissões de gases de efeito estufa que possa substituir o Protocolo de Kyoto a partir de 2012.

A falta de disposição para um acordo por parte de diversos governos ficou clara na última reunião preparatória à COP-15, realizada na semana passada em Barcelona. Por cinco dias, representantes de 175 países não conseguiram avançar nas negociações e muitos deles deixaram a cidade espanhola afirmando que será impossível fechar um documento com metas específicas e força de lei em Copenhague. Para muitos, a obtenção de um documento indicativo que permita um acordo global no início de 2011 já será considerada uma vitória: "Seja qual for, um acordo só deverá surgir no último dia da COP-15", prevê o representante da União Européia, Artur Metzger.

A única certeza é que o panorama político permanece o mesmo de dois anos atrás, quando, na COP-14 realizada em Bali, nasceu o impasse entre países ricos e países pobres para o período Pós-Kyoto. Os ricos querem que os países em desenvolvimento assumam metas quantificáveis e obrigatórias de redução das emissões. Os pobres, por sua vez, querem que os países mais industrializados assumam sua responsabilidade histórica pelo aquecimento global e estabeleçam metas maiores de redução do que as atuais, além de transferirem recursos e tecnologia para o combate às mudanças climáticas.

A transferência de recursos e tecnologia foi acertada em Bali, mas nada se concretizou nestes dois últimos anos, fato que leva um forte clima de desconfiança para o encontro de Copenhague: "Cobram dos países em desenvolvimento ações de redução das emissões, que pretendemos executar, mas eles ainda não nos deram os recursos e a tecnologia que disseram estar dispostos a dar", resumiu a representante do governo do Quênia na reunião de Barcelona, Grace Akumu.

Enquanto a grande maioria dos países em desenvolvimento se recusa a assumir maiores compromissos, os 27 países que compõem a União Européia afirmam que só concretizarão suas próprias metas obrigatórias - estimadas numa média de 30% até 2020 - se os governos dos países mais pobres reduzirem suas emissões entre 15% e 30%. Mesmo que as negociações não avancem em Copenhague, os europeus devem anunciar o corte voluntário de 20% das emissões até 2020, o que é considerado muito pouco pelos ambientalistas.

O fiel da balança na COP-15 será mesmo os Estados Unidos. No governo de Barack Obama, o país, que não é signatário do Protocolo de Kyoto, aprovou na Câmara uma tímida política de mudanças climáticas, que estima cortes de 17% até 2020 sobre as emissões registradas em 2005. A lei, no entanto, ainda não foi ratificada pelo Senado dos EUA. Se isso não acontecer até a COP-15, dificilmente o maior emissor histórico de gases de efeito estufa defenderá a adoção de um novo acordo para substituir Kyoto já em Copenhague.

China e Brasil - Pelo lado dos países em desenvolvimento, as atenções estão voltadas para a China, que é o maior emissor absoluto de gases de efeito estufa da atualidade. O governo chinês anunciou este ano algumas medidas, como um pacote de estímulo econômico para ações com baixa emissão de carbono e a ampliação em 15% do uso de energias renováveis nas próximas duas décadas. Do ponto de vista político, a China é quem mantém o tom mais duro de cobrança as países ricos, exigindo que estes se comprometam a cortar 40% de suas emissões no Pós-Kyoto.

Outro provável protagonista da COP-15 é o Brasil. O governo brasileiro anunciará nesta sexta-feira (13) as posições que levará à Copenhague. Segundo adiantou a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, o país deve anunciar uma "meta voluntária e consensual" em torno dos 40% de redução da sua projeção de emissões para 2020. Metade desse esforço viria da redução do desmatamento da Amazônia e de outros biomas, como o Cerrado. A outra metade viria de ações em setores como a indústria e a agropecuária. (*Carta Maior*, 13/11/2009)

Texto completo:

http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16241&boletim_id=615&componte_id=10290

Um regime multilateral para as medidas comerciais relacionadas ao clima?

O ceticismo predomina nas manifestações oficiais recentes sobre a possibilidade de um acordo substancial na 15ª Conferência das Partes (COP, sigla em inglês) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês). Conforme se aproxima a

data do encontro em Copenhague, aumentam as pressões sobre os governos para avançar na agenda climática, em vista dos riscos de uma ação tardia. Por outro lado, negociadores e formuladores de políticas precisam atentar às demandas domésticas e conciliar interesses, a fim de reunir o apoio interno necessário para assumir compromissos internacionais como os que se colocam.

Para os países que se encontram no foco das pressões para adotar compromissos significativos de redução ou mitigação de gases de efeito estufa (GEEs), a adesão implica obrigações que envolvem altos custos econômicos. Preocupações acerca dos efeitos para a competitividade da indústria local - considerando que importantes parceiros comerciais não assumam custos similares - têm levado alguns países a esboçar a aplicação de medidas unilaterais com vistas a resguardar os produtores locais. Dentre estes, destaca-se o projeto da Lei de Energia Limpa e Segurança dos Estados Unidos da América (EUA) - também conhecido como Lei Waxman-Markey -, especialmente porque o engajamento do país nas negociações do novo acordo tem sido vinculado à aprovação do texto.

A abordagem exclusivamente unilateral para a criação e aplicação de medidas comerciais com base em motivações climáticas provoca apreensão. Além da provável onda de retaliações comerciais e questionamentos perante a Organização Mundial do Comércio (OMC), o direcionamento unilateral promete elevar ainda mais a tensão nas negociações climáticas, tanto em Copenhague quanto em ocasiões futuras.

Opções de regime - Considerando que a abordagem multilateral seria preferencial à unilateral, a UNFCCC constituiria o fórum primordial para abrigar este regime. Uma vez que o Protocolo de Quioto não foi desenhado para lidar com questões comerciais, o documento que o substituir poderia suprir esta lacuna. O novo acordo poderia estabelecer princípios gerais para o tratamento das questões comerciais relacionadas ao clima, os quais seriam úteis, por exemplo, para orientar painéis constituídos perante a OMC.

Entretanto, o desenvolvimento da disciplina para este tipo de medida no âmbito da UNFCCC parece pouco provável em um futuro imediato. A rigidez nas posições dos países que polarizam as negociações leva a crer que são poucas as chances de chegar a um consenso em Copenhague. Ou, ainda que um acordo seja firmado, o tema das medidas comerciais pode não ser abordado em um primeiro momento, diante de outros, considerados prioritários na agenda climática - como a divisão de responsabilidades quanto à redução e mitigação de emissões ou o modelo para o financiamento de tais medidas.

A segunda opção concebida para a esfera da OMC consiste na alteração dos dispositivos ambientais incorporados nos textos atuais dos acordos, de forma a incluir provisões voltadas a medidas comerciais de escopo climático. Ainda, outra alternativa seria contar com o desenvolvimento da jurisprudência do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC), em uma abordagem caso-a-caso que avalie a compatibilidade de medidas específicas em relação às regras da entidade multilateral.

O Código Climático - Uma contribuição inovadora do estudo consiste na proposta de um regime para as medidas comerciais relacionadas ao clima, denominado Código de Boas Práticas da OMC para Controles de Emissões de Gases de Efeito Estufa - ou simplesmente Código Climático. O regime concebido forneceria um espaço de manobra para a formulação de políticas que tratem deste tipo de medida, de maneira consistente com os princípios da OMC. Os signatários disporiam de certa margem para implementar medidas comerciais baseadas em controle de emissões de GEEs, sem entrar em atrito com os demais membros.

Dentro deste campo de ação - denominado "espaço verde" -, certas medidas seriam permitidas, desde que guardassem conformidade com determinados parâmetros. Dentre as medidas mais discutidas, o Código Climático admitiria:

- impostos sobre carbono emitido em associação à fabricação de produtos ou medidas de ajustes na fronteira (*border adjustments*) - desde que as tarifas fossem calculadas com base equivalente àquela dos encargos impostos aos produtos nacionais;

- divisão de responsabilidades e competências para a atribuição de encargos sobre produtos: o país exportador poderia impor um imposto de carbono aos produtos enviados ao mercado externo, que seria contado pelo país importador para fins de cumprimento das exigências relacionadas. Nesse caso, não deve haver discriminação entre produtos nacionais ou

estrangeiros para fins de cálculo ou aplicação dos encargos, e também seria vedada a isenção de tarifas para produtos destinados à exportação. O país importador poderia impor tarifas complementares, caso seu sistema de controle de emissões seja mais rígido. Esse mecanismo incentivaria os países a impor seus próprios impostos a fim de manter a renda fiscal auferida;

- *performance standards*: expressão que engloba a imposição de restrições ou limites máximos de emissão de carbono associado à produção de determinados produtos. O tratamento nacional também precisa ser observado, de forma que as exigências colocadas aos produtos importados não devem ser maiores que aos nacionais. O custeio da verificação do nível de emissões para produtos similares ou equivalentes deve ser assumido pelo país que impõe os *standards*;

- *cap-and-trade*: os países signatários poderiam instituir sistemas de comércio de emissões com previsão de distribuição gratuita ou leilão de permissões de emissão. Esta distribuição não seria considerada como subsídio nos termos do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias (ASMC) da OMC. Produtores estrangeiros não poderiam ser impedidos ou prejudicados quanto à obtenção de permissões; e

- subsídios destinados a promover tecnologias de mitigação, adaptação, sequestro de carbono, energias renováveis, entre outros, seriam admitidos, nos termos do dispositivo de suspensão (expirado) contido no artigo 8.2(c) do ASMC da OMC.

O Código prevê, ainda, que a avaliação do sistema interno dos membros para controle de emissões e imposição de impostos sobre carbono deve ser feita por uma entidade internacional, ou, caso isso não seja admitido pela Constituição de um país (que pretende avaliar outro), por agências independentes.

Regime viável? - Além de evitar a abordagem unilateral e seus perigos, o regime proposto apresenta alternativas para questões potencialmente problemáticas no atual cenário que se delinea para a utilização de medidas comerciais de escopo climático.

O espaço de manobra vislumbrado oferece a possibilidade de acomodação de interesses, na medida em que pode atender parcialmente a aspirações divergentes, servindo como o meio-termo necessário para a consecução de um acordo multilateral. Outro trunfo da implementação do Código Climático consistiria na instalação de um mecanismo *rule-based*, que limitasse a discricionariedade na aplicação unilateral de medidas comerciais relacionadas ao clima. Também, elementos como a divisão de responsabilidades para imposição de encargos podem facilitar a abordagem de preocupações pontuais - no caso, a fuga de carbono (*carbon leakage*).

Ademais, descolar a questão das medidas comerciais do mandato das negociações climáticas, marcadas por impasses de difícil superação, pode facilitar o tratamento do tema. Em contraposição a essa possível vantagem, coloca-se a preocupação sobre legitimidade. A condução da questão fora da esfera da UNFCCC implica excluir as demais partes da Convenção de um debate que teria repercussões relevante para suas relações comerciais.

Sob a perspectiva da viabilidade política, as dificuldades em implantar um sistema novo e complexo, com grau razoável de institucionalização - uma vez que inclui um sistema de sanção por descumprimento - pode tornar a condução do tema na arena internacional mais custosa e complexa do que tem sido no âmbito da UNFCCC. Nesta esfera, alguns analistas defendem que, uma vez que as questões centrais da agenda climática forem decididas, o tratamento das medidas comerciais constituirá apenas um detalhe técnico na implementação do novo acordo.

A inclusão da cláusula de paz representa outro ponto de difícil aceitação na proposta, pois os membros da OMC seriam provavelmente refratários em renunciar ao direito de acionar o OSC. De forma semelhante, os membros dificilmente aceitariam um *waiver* para que a distribuição de permissões de emissões não seja considerada um subsídio acionável, antes de verificar como uma medida do tipo seria implementada.

A despeito deste balanço de possíveis vantagens e desvantagens, propostas como esta podem fornecer elementos para a concepção de alternativas para o tratamento de questões delicadas das negociações climáticas. Caso o entrave nas negociações persista, e não se chegue a um acordo significativo em Copenhague, aumentam as chances de que a aplicação dessas medidas comerciais se torne um problema concreto.

Diante desse cenário, a busca por alternativas será mais urgente. Como reconhecem os autores da proposta, algumas das opções para o regime a ser cunhado são excludentes, enquanto outras podem ser buscadas de forma paralela. Ainda que o tema não receba atenção central em Copenhague, a concepção de um regime capaz de lidar com a problemática que se desenha exigirá boa dose de vontade política e esforço de cooperação, assim como os demais tópicos da agenda climática. (*Pontes, vol 05, n.05, 11/2009*)

Texto completo: <http://ictsd.org/i/news/pontes/62435/>

Desafios da América Latina no combate às mudanças climáticas

*Javier Sabogal Mogollón

Para os países latino-americanos, as atuais negociações climáticas constituem cenário importante para a identificação de temas críticos. Com base nestes pontos, a região deve congrega esforços a fim de promover acordos regionais e empreender ações baseadas nas políticas públicas nacionais.

O fenômeno das mudanças climáticas adquire relevância pelos impactos observados ao redor do mundo. Em relação à América Latina, o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, sigla em inglês) aponta impactos esperados para a região, dentre os quais se destacam: (i) intensificação da variação climática e de eventos extremos; (ii) variações consideráveis sobre os padrões pluviométricos; (iii) aumento da temperatura média de 1 a 4°C até o final do século; (iv) risco significativo de extinção de espécies em diversas zonas tropicais; (v) aumento entre 7 e 77 milhões no número de pessoas com dificuldade de acesso à água até 2020; e (vi) sobre as zonas costeiras, alta incidência de impactos climáticos como elevação no nível do mar, variação climática e eventos extremos.

Nesse sentido, as atuais negociações sobre mudanças climáticas (MCs) configuram um contexto estratégico para a região, uma vez que resultam em decisões de importância com vistas a enfrentar o fenômeno. Assim, é necessário que os países da América Latina identifiquem temas prioritários, nos quais possam concentrar esforços a fim de alcançar um acordo.

Reconhecendo as peculiaridades de cada país, bem como das subregiões dentro deles, há três aspectos que merecem atenção especial: (i) o mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD); (ii) a adaptação de ecossistemas naturais; e (iii) a conversão em economias de baixa intensidade em consumo carbono, por meio da eficiência energética e do uso de fontes renováveis.

Programas de REDD e adaptação de ecossistemas

De forma geral, considera-se que os países latino-americanos possuem baixo nível de emissões de gases de efeito estufa (GEEs). Entretanto, as estimativas, por vezes, não consideram as emissões geradas por mudanças no uso do solo, as quais representam a principal fonte de emissões em vários países da região. Um estudo do Banco Mundial aponta que cerca de metade das emissões na América Latina decorre deste fator. Em alguns países – como Bolívia, Brasil, Equador, Guatemala e Peru –, a marca supera 60%, o que contribui, em grande parte, para que a região responda por 12% das emissões globais.

Diante desse quadro, as discussões acerca de programas de REDD podem gerar grandes oportunidades; de fato, já é possível observar sinais nesse sentido. O fundo do Mecanismo de Parceria para o Carbono Florestal (FCPF, sigla em inglês) do Banco Mundial – apresentado na 13ª Conferência das Partes (COP, sigla em inglês) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês), realizada em Bali, em 2007 – tem como objetivo oferecer apoio financeiro no valor de US\$ 185 milhões para desenvolver capacidades em REDD. Dos 37 países beneficiados, representam a região: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Suriname.

Também, a adaptação consiste em fator de vital importância para a região, que não dispõe de recursos suficientes para enfrentar os impactos apontados anteriormente. O Plano de Ação de Bali (PAB) estabeleceu que a cooperação internacional deveria se concentrar especialmente nos países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs) e pequenos estados insulares. Igualmente, atenção especial deve ser destinada às necessidades dos países africanos

atingidos por secas, inundações e desertificação. Dessa forma, é necessário rever a estratégia de negociação da região, uma vez que o PAB deixou de incluir zonas extremamente vulneráveis da América Latina no grupo considerado prioritário.

Rumo à eficiência energética

A energia representa outro tema essencial para discussão. Há uma visão generalizada de que a matriz energética da região é limpa, uma vez que baseada principalmente em usinas hidráulicas, e não térmicas. Entretanto, no Brasil, o impacto ambiental das centrais hidrelétricas tem sido questionado. Pesquisas indicam que, sob certas condições, as emissões de GEEs decorrentes da geração de metano em grandes represas podem superar as que seriam geradas pela instalação de usinas termelétricas.

Por esta razão, os países latino-americanos deveriam priorizar em suas agendas de negociação a mitigação de emissões de GEEs, por meio de projetos de eficiência energética e desenvolvimento de fontes renováveis de energia. Instrumentos como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) apresentam má distribuição geográfica de projetos: apenas quatro países (Brasil, China, Índia e México) concentram 73% dos programas aprovados. Sob outra perspectiva, a região deve propor alternativas, de modo a permitir que os demais países também usufruam deste mecanismo, e possam percorrer um caminho de desenvolvimento com baixa intensidade em carbono, com o apoio dos países desenvolvidos (PDs).

Mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável

É necessário que os países latino-americanos evitem concentrar as negociações ou o apoio internacional à busca de recursos para seu desenvolvimento sustentável. Em lugar disto, devem chegar a uma decisão política em conformidade com o novo quadro apresentado pelas MCs. Por exemplo, a Coreia do Sul tem defendido uma nova visão de desenvolvimento para os próximos 60 anos, baseada em uma economia pouco intensiva em carbono, atrelada ao investimento em energias limpas.

Diante deste cenário, evidencia-se a necessidade de os países reverem o modelo de desenvolvimento que buscam. As MCs alteram o cenário de modo que produtos como petróleo – e outros cuja combustão resulta em emissões de carbono – deixam de figurar como a melhor alternativa. É essencial buscar opções para aproveitar as vantagens que os países latino-americanos possuem para percorrer uma trajetória de desenvolvimento com menor pegada de carbono (*carbon footprint*), bem como para se adaptar aos impactos do fenômeno climático. Em muitos desses países, o desenvolvimento de energias alternativas e o aproveitamento das riquezas naturais – bosques, biodiversidade e serviços ambientais prestados pelos ecossistemas – podem representar opções para aproveitar as vantagens competitivas e comparativas da região. (*Pontes, vol. 05, n. 05, 11/2009*)

* *Mestre em Economia Ambiental e dos Recursos Naturais pela Universidade dos Andes (Colômbia). Assessor de mudanças climáticas e serviços ambientais da WWF Colômbia.*

Texto completo: <http://ictsd.org/i/news/pontes/62429/>

Em política climática, sigamos a lógica do capital

**James K. Boyce*

Do ponto de vista econômico, qualquer política que limite o fornecimento de combustíveis fósseis necessariamente elevará o preço deste. O resultado das negociações do novo acordo climático está diretamente atrelado a essa lógica, uma vez que a definição de um limite máximo para as emissões de carbono procedentes da queima de combustíveis fósseis acarretará o aumento dos preços.

A questão proposta adquire relevância maior no atual contexto, em que o Congresso dos Estados Unidos da América (EUA) discute uma legislação sobre mudanças climáticas que estabelecerá um limite para as emissões de carbono, bem como um sistema de outorga de licenças para produzir emissões dentro dos limites definidos. Os países que adotarem medida semelhante enfrentarão o mesmo dilema.

Esse quadro coloca grandes interesses em jogo. Se aprovado nos EUA, o estabelecimento de tetos máximos para as emissões de carbono constituirá a maior apropriação de direitos de propriedade desde a Lei de Colonização (*Homestead Act*), de 1862. A redução das emissões

dos EUA em 80% até 2050 - meta adotada na legislação em trâmite e apoiada pelos cientistas que estudam o clima - pode gerar até US\$ 10 trilhões nas próximas quatro décadas.

Entende-se que existem três possíveis respostas à pergunta-chave sobre o destino desta receita:

(i) as empresas, em valores imprevistos: se as permissões forem concedidas gratuitamente às empresas que consomem combustíveis fósseis, serão elas as ganhadoras. Os consumidores pagarão preços mais altos e os acionistas receberão o lucro resultante. Esse quadro caracteriza uma política do tipo "limite e bônus" (*cap-and-giveaway*);

(ii) o governo, em rendas públicas: se as licenças forem leiloadas entre as empresas, as receitas serão captadas pelo governo. Por outro lado, o consumidor pagará preços mais elevados. Se essa receita for direcionada ao financiamento de gastos públicos ou à redução de impostos, os benefícios para a população dependerão de tal destinação. Esta política enquadra-se no tipo "limite e gasto" (*cap-and-spend*); e

(iii) a população, em dividendos: se as verbas procedentes dos leilões de licenças forem distribuídas à população na forma de dividendos igualitários, aqueles que gerarem pegadas de carbono (*carbon footprint*) inferiores à média obterão vantagem. Isso porque os dividendos recebidos serão superiores ao prejuízo sofrido em virtude dos preços elevados. Esse tipo de política corresponde ao modelo de "limite e dividendo" (*cap-and-dividend*).

Por que fixar um limite de emissões? - Estabelecer um teto para as emissões de carbono constitui elemento decisivo em políticas que buscam promover a eficiência energética e a transição para energias renováveis, com o objetivo de frear o aquecimento global. A maneira mais eficiente de administrar um mecanismo desse tipo passa pela regulação na fonte, o que significa exigir que os vendedores primários de combustíveis fósseis comprem as licenças.

Dado que a imposição de um teto reduzirá o fornecimento, os preços dos combustíveis aumentarão e, conseqüentemente, os indivíduos reduzirão seu consumo, gerando demanda por outras fontes de energia. Os sinais provenientes do mercado possivelmente motivarão empresas e residências a investir em eficiência energética.

Custos vs. transferências - Ainda que os preços elevados de gasolina, óleo para calefação, gás natural e eletricidade signifiquem um custo adicional para os consumidores, do ponto de vista econômico, são considerados uma transferência, pois cada dólar pago a mais pelo combustível é redistribuído aos titulares das permissões de emissão de carbono.

Diferentemente das altas no preço do petróleo provocadas por forças do mercado ou por restrições no fornecimento impostas pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), o teto imposto pelos EUA resultaria na "reciclagem" de dólares dentro do país. Contudo, sob a ótica da imparcialidade econômica e da continuidade política, permanece a dúvida sobre quem receberá esse dinheiro.

Como mitigar o impacto sobre o emprego?- Além do impacto sobre os consumidores descrito anteriormente, qualquer política orientada a reduzir as emissões de carbono repercutirá sobre o emprego. Em alguns setores, como a mineração de carvão, muitos postos de trabalho serão eliminados. Já em outras áreas, novos empregos serão criados, por exemplo, na produção de energias renováveis.

Se o investimento em energias renováveis e eficientes for mais intensivo em mão-de-obra do que no setor de combustíveis fósseis, a criação de postos de trabalho superará a eliminação de empregos. Nenhum mecanismo pode assegurar, entretanto, que esse processo beneficiará os mesmos trabalhadores que perderam seus postos de trabalho.

A fim de proteger este grupo - bem como a comunidade da qual faz parte -, uma fração das verbas obtidas mediante leilão de licenças de emissão pode ser direcionada a esses trabalhadores sob a forma de subsídios em bloco. Por exemplo, no primeiro ano de implementação da política de "limite e dividendo", 10% da arrecadação poderia ser destinada ao subsídio em bloco, enquanto os 90% restantes seriam distribuídos entre as famílias, por meio de dividendos. Os subsídios em bloco seriam reduzidos progressivamente, em um prazo de dez anos. Uma política desse tipo poderia resguardar a maior parte das famílias, em especial as mais prejudicadas com a referida política climática.

Os subsídios em bloco permitiriam aos estados criar políticas de assistência e transição ajustadas a suas próprias necessidades. Por exemplo, os estados com intensa mineração de carvão poderiam investir em fundos para a restauração ecológica das paisagens deterioradas pela atividade. Nos estados intensivos em manufatura, os fundos poderiam ser direcionados à capacitação dos trabalhadores e à promoção de indústrias verdes, tais como a produção de equipamentos para energia eólica ou solar.

Desafios - O principal desafio político enfrentado por medidas voltadas à redução de emissões consiste em proteger as famílias do impacto causado pelo aumento nos preços dos combustíveis fósseis. Não basta que as pessoas estejam dispostas a custear gasolina, eletricidade e aquecimento mais caros: também é necessário que tenham consciência de que receberão parte das receitas produzidas a partir da implementação dessa política.

Certamente, o resultado almejado não será gerado por uma política do tipo "limite e distribuição" - na qual as permissões são concedidas gratuitamente às empresas -, tampouco por uma de "limite e gasto", em que as permissões são leiloadas e as verbas transferidas ao governo.

Uma política do tipo "limite e dividendo" volta-se não apenas aos problemas relacionados ao aquecimento global ou à autonomia energética, mas também favorece o bem-estar econômico da maior parte das famílias. O cumprimento dessas metas de maneira justa e transparente maximizará as chances de obter apoio público duradouro para políticas que busquem diminuir a dependência da economia em relação aos combustíveis fósseis[2]. Uma oportunidade nesse sentido encontra-se no projeto de lei dos EUA, em debate no Senado.

A transição energética necessária para evitar um impacto mais grave das mudanças climáticas constitui um alvo alcançável. No entanto, não pode ser realizada instantaneamente; a mudança histórica levará décadas, e por isso necessita de apoio duradouro. O momento para iniciá-la é agora. (*Pontes, vol 05, n.05, 11/2009*)

* *Professor de economia da Universidade de Massachusetts, Amherst, onde dirige o programa ambiental do Instituto de Pesquisa em Economia Política.*

Texto completo: <http://ictsd.org/i/news/pontes/62432/>

De Copenhague a Yasuní

*Boaventura de Sousa Santos**

A reunião de Copenhague não será totalmente em vão porque a sua preparação permitiu que se conhecessem melhor iniciativas reveladoras de uma nova consciência ambiental global e de outras possibilidades de inovação política. Uma das propostas mais ousadas é a Iniciativa ITT do Equador.

Como já se previra, a próxima Conferência da ONU sobre a Mudança Climática será um fracasso que os políticos irão tentar disfarçar com recurso a vários códigos semânticos como "acordo político", "passo importante na direção certa". O fracasso reside em que, ao contrário dos compromissos assumidos nas reuniões anteriores, não serão adotadas em Copenhague metas legalmente obrigatórias para a redução das emissões dos gases responsáveis pelo aquecimento global cujos perigos para a sobrevivência do planeta estão hoje suficientemente demonstrados para que o princípio da precaução deva ser acionado.

A decisão foi tomada durante a recente Cúpula da Cooperação Ásia-Pacífico e, mais uma vez, quem a ditou foi a política interna dos EUA: a braços com a reforma do sistema de saúde, o presidente Obama não quer assumir compromissos à margem do Congresso norte-americano e não pode ou não quer mobilizar este último para uma decisão que envolva medidas hostis ao forte lobby do setor das energias não renováveis. Os cidadãos do mundo continuarão pois a assistir ao espetáculo confrangedor de políticos irresponsáveis e de interesses econômicos demasiado poderosos para se submeterem ao controle democrático e assim ficarão até se convencerem de que está nas suas mãos construir formas democráticas mais fortes capazes de impedir a irresponsabilidade dos políticos e o despotismo econômico.

Mas a reunião de Copenhague não será totalmente em vão porque a sua preparação permitiu que se conhecessem melhor movimentos e iniciativas, por parte de organizações sociais e por parte de estados, reveladores de uma nova consciência ambiental global e de outras possibilidades de inovação política. Uma das propostas mais audaciosas e inovadoras é a

Iniciativa ITT do Equador apresentada, pela primeira vez, em 2007 pelo então Ministro da Energia e Minas, o grande intelectual-ativista Alberto Acosta, mais tarde Presidente da Assembléia Constituinte.

Trata-se de um exercício de co-responsabilização internacional que aponta para uma nova relação entre países mais desenvolvidos e países menos desenvolvidos e para um novo modelo de desenvolvimento, o modelo pós-petrolífero. O Equador é um país pobre apesar de (ou por causa de) ser rico em petróleo e a sua economia depender fortemente da exportação de petróleo: o rendimento petrolífero constitui 22% do PIB e 63% das exportações. A destruição humana e ambiental causada por este modelo econômico na Amazônia é verdadeiramente chocante. Em consequência direta da exploração do petróleo por parte da Texaco (mais tarde, Chevron), entre 1960 e 1990, desapareceram por inteiro dois povos amazônicos, os Tetetes e os Sansahauris.

A iniciativa equatoriana visa romper com este passado e consiste no seguinte. O estado equatoriano compromete-se a deixar no subsolo reservas de petróleo calculadas em 850 milhões de barris existentes em três blocos — Ishpingo, Tambococha e Tipuyini (daí, o acrônimo da iniciativa) — do Parque Nacional Amazônico Yasuní, se os países mais desenvolvidos compensarem o Equador em metade dos rendimentos que deixará de ter em resultado dessa decisão. O cálculo é que a exploração gerará, ao longo de 13 anos, um rendimento de 4 a 5 bilhões de euros e emitirá para a atmosfera 410 milhões de toneladas de CO₂. Tal não ocorrerá se o Equador for compensado em cerca de 2 bilhões de euros mediante um duplo compromisso. Esse dinheiro é destinado a investimentos ambientalmente corretos: em energias renováveis, reflorestação, etc.; o dinheiro é recebido sob a forma de certificados de garantia, um crédito que os países “doadores” receberão de volta e com juros caso o Equador venha a explorar o petróleo, uma hipótese pouco provável dada a dupla perda para o país (perda do dinheiro recebido e a ausência de rendimentos do petróleo durante vários anos, entre a decisão de explorar e a primeira exportação).

Ao contrário do Protocolo de Kyoto, esta proposta não visa criar um mercado de carbono; visa evitar que ele seja emitido. Não se limita, pois, a apelar à diversificação das fontes energéticas; sugere a necessidade de reduzir a procura de energia, quaisquer que sejam as suas fontes, o que implica uma mudança de estilo de vida que será sobretudo exigente nos países mais desenvolvidos. Para ser eficaz, a proposta deverá ser parte de um outro modelo de desenvolvimento e ser adotada por outros países produtores de petróleo. Aliás, a sustentar esta proposta equatoriana está a nova Constituição do Equador, uma das mais progressistas do mundo, que, a partir das cosmo visões e práticas indígenas do que designam como “viver bem” (Sumak Kawsay) — assentes numa relação harmoniosa entre seres humanos e não-humanos, incluindo o que na cultura ocidental se designa por natureza — propõe uma concepção nova e revolucionária de desenvolvimento centrada nos direitos da natureza.

Uma utopia? A verdade é que a Alemanha já se comprometeu a entregar ao Equador 50 milhões de euros por ano durante os 13 anos em que petróleo seria explorado. Um bom começo. (*Carta Maior*, 23/11/2009) *Sociólogo e professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Portugal). Texto completo: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=4478&boletim_id=619&componente_id=10361

XIX Cupula Iberoamericana

Entre os comunicados aprovados na cúpula, um considera que é “imprescindível” fortalecer o apoio financeiro e tecnológico dos países em vias de desenvolvimento para que possam combater a mudança climática.

Segundo os países ibero-americanos, os esforços para mitigar os efeitos negativos da mudança climática devem apoiar-se em “fluxos financeiros internacionais novos, adicionais, suficientes e previsíveis”.

Outro assunto que não estava na agenda formal era a situação política em Honduras, após a crise gerada pelo golpe de Estado que no dia 28 de junho depôs o presidente Manuel Zelaya.

Apesar das diferenças entre os países ibero-americanos no sentido de reconhecer ou não as eleições, que impediram uma declaração conjunta, os líderes respaldaram um comunicado da

Presidência portuguesa, que condena o golpe e apoia uma solução que permita um diálogo nacional.

O comunicado não faz alusão às eleições, mas mesmo assim o primeiro-ministro português, José Sócrates, disse que o texto "é uma vitória da cúpula", porque "no início (do encontro) as coisas estavam piores do que estão agora", em relação ao consenso.

Na cúpula não estiveram presentes, por diferentes motivos, o presidente da Bolívia, Evo Morales; o de Cuba, Raúl Castro; o da Guatemala, Álvaro Colom; o da Nicarágua, Daniel Ortega; o do Paraguai, Fernando Lugo; o do Uruguai, Tabaré Vázquez; e o da Venezuela, Hugo Chávez.

Em 2010, a 20ª Cúpula Ibero-Americana será realizada na Argentina, que escolheu como sede o balneário de Mar del Plata, a cerca de 400 quilômetros de Buenos Aires, e segundo ratificou hoje a presidente Cristina Fernández de Kirchner, terá como assuntos centrais o desenvolvimento e a igualdade de oportunidades. (EFE, 01/12/2009)

Declaração de Lisboa

Nós, as Chefes e os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos no Estoril, em Portugal, nos dias 30 de Novembro e 1 de Dezembro de 2009 em torno do tema "Inovação e Conhecimento", Conscientes que estamos de que a Inovação e o Conhecimento são instrumentos fundamentais para erradicar a pobreza, combater a fome e melhorar a saúde das nossas populações, bem como para alcançar um desenvolvimento regional sustentável, integrado, inclusivo, equitativo e respeitador do meio ambiente, prestando uma particular atenção à situação das economias mais vulneráveis, Reafirmando o nosso propósito comum de avançar em direção a políticas públicas em matéria de inovação e conhecimento que favoreçam a equidade, a inclusão, a diversidade, a coesão e a justiça social, bem como o pleno respeito pela igualdade de género, e que contribuam para superar as consequências da crise financeira e económica mundial nos nossos países, com o fim último de melhorar a qualidade de vida dos nossos povos, Destacando a importância da participação universal, democrática e justa no debate e na procura de soluções para essa crise, não originada no espaço ibero-americano, e reconhecendo e encorajando o papel das iniciativas regionais para enfrentá-la, Reafirmando o nosso compromisso para com os valores, princípios, e acordos que constituem o acervo do espaço ibero-americano, Levando em consideração os valiosos contributos recebidos das Reuniões Ministeriais Setoriais, dos Fóruns Parlamentar e de Governos Locais e dos Encontros Cívico e Empresarial, e de modo especial o encontro e os seminários voltados para aspetos centrais da temática da inovação e do conhecimento, realizados ao longo do ano em Espanha, Argentina, Brasil, México e Portugal,

Acordamos

1. Dar prioridade à inovação no quadro das estratégias nacionais de desenvolvimento dos nossos países, mediante a formulação e implementação de políticas públicas de médio e longo prazo, sejam de natureza fiscal, financeira ou de crédito, dirigidas aos agentes da inovação e do conhecimento (empresas, principalmente as pequenas e médias empresas, universidades, centros de I&D, governos, setores sociais) e à população em geral, e promovendo a sua interação, estimulando, conseqüentemente a implementação gradual de uma cultura de inovação.
2. Fortalecer as instituições nacionais de inovação e promover a cooperação solidária entre os Governos ibero-americanos, aproveitando as suas múltiplas sinergias e complementaridades e respeitando as especificidades nacionais.
3. Promover a criação de um novo e ambicioso programa, cuja definição estará a cargo de um grupo de trabalho de responsáveis governamentais de cada país, coordenado pela SEGIB. Este deverá ser um programa para a investigação aplicada e inovação tecnológica, inclusivo e aberto a todos os países, complementar dos programas existentes e estreitamente articulado com esses. O programa visa ainda contribuir para um modelo de apropriação social e económica do conhecimento mais equilibrado no âmbito das sociedades ibero-americanas.
4. Promover através do Foro de Responsáveis de Educação Superior, Ciência e Inovação a coordenação e a criação de sinergias e interfaces de ação entre os diversos Programas,

Iniciativas e Actuações no âmbito da Inovação, da Investigação e da Educação Superior que integram o Espaço Ibero-americano do Conhecimento.

5. Destacar a importância crucial de fortalecer a oferta e a qualidade laboral dos povos ibero-americanos como condição essencial para a promoção da inovação.

6. Desenvolver e incentivar estratégias de fomento da inserção laboral, de promoção do empreendimento, e do alargamento das garantias e qualidade laboral, incluindo a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicações (TICs) e do teletrabalho para a criação de trabalho digno.

7. Incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico e o esforço público e privado para o incremento do investimento em Investigação e Desenvolvimento, bem como para a formação e fixação de talentos e recursos humanos qualificados em Ciência, Tecnologia e Inovação e apoio à educação em todos os níveis, procurando garantir o funcionamento aberto dos sistemas nacionais de Ciência e Tecnologia, e promover ao mais alto nível a qualidade científica.

8. Promover e incentivar o investimento nas infraestruturas de comunicações, apoiando o acesso generalizado à Banda Larga, nomeadamente em setores de menores possibilidades e em áreas rurais.

9. Incentivar estratégias orientadas para universalizar o acesso às TICs e o desenvolvimento de conteúdos digitais, através, entre outros, de programas de alfabetização digital e tecnológica, para garantir a apropriação social do conhecimento.

10. Desenvolver ou promover programas que garantam a transferência de tecnologias aos países em desenvolvimento, em especial no espaço ibero-americano, tendo como objetivo a solução dos problemas económicos, ambientais e sociais da região.

11. Estimular o respeito e a recuperação dos conhecimentos ancestrais, tradicionais e locais, nomeadamente dos povos originários ibero-americanos e dos grupos afro-descendentes, e promover sua incorporação nos processos de inovação.

12. Promover a colaboração internacional em Ciência e Tecnologia e garantir a liberdade académica como fonte essencial de uma cultura democrática e de inovação.

13. Incentivar uma maior cooperação entre o setor académico nos seus distintos níveis, centros de investigação e empresas públicas e privadas, para criar sinergias e redes de trabalho que promovam a transferência e a absorção dos resultados da investigação à produção, à educação, ao mercado e à sociedade em geral, para que responda de forma mais efetiva às necessidades das comunidades, com claros impactos na melhoria do desempenho dos países ibero-americanos em matéria de inovação e progresso científico e tecnológico.

14. Incentivar a cooperação coordenada com outras organizações, redes ou programas, regionais ou internacionais, nos domínios da ciência e da tecnologia, da inovação e do ensino superior, com vista ao reforço do papel internacional do espaço iberoamericano do conhecimento. Criar condições propícias para outorgar recursos destinados a fomentar a inovação nas pequenas e médias empresas.

15. Aprofundar a cooperação ibero-americana em inovação e conhecimento no respeito dos princípios da solidariedade, humanismo e complementaridade, reconhecendo as assimetrias da região assim como as particularidades, necessidades e especificidades dos nossos povos, com especial ênfase naquelas de índole educativa, com o objetivo de garantir que todos os países membros beneficiem da Conferência Ibero-Americana.

16. Incentivar a implementação, nas Universidades, de estratégias de fomento do empreendedorismo e de valorização da investigação científica e tecnológica, que estejam ao serviço das comunidades e em consonância com a realidade e as necessidades dos nossos povos.

17. Potencializar a formação de talentos e recursos humanos em inovação científica e tecnológica, procurando atrair mais jovens para as carreiras científicas, de acordo com o referido na Declaração de São Salvador, e promover a cultura, a divulgação e a educação científicas, considerando as características interculturais das respetivas sociedades, incluindo a promoção de iniciativas que permitam a integração de recém-graduados em entidades públicas e privadas e centros de investigação.

18. Assegurar e promover o acesso e o uso, livre e seguro, das TICs a toda a sociedade, e em particular entre a infância, juventude e pessoas com deficiências, fomentando a inclusão e a igualdade, especialmente de género, geracional e territorial, convertendo o acesso num direito básico e universal.
19. Destacar o papel essencial do Estado para incentivar e coordenar ações e políticas de inovação no âmbito económico e social.
20. Realizar os esforços necessários, no espaço ibero-americano, para incorporar elementos de inovação nas políticas públicas, com a finalidade de melhorar a qualidade e a eficiência dos serviços que presta o Estado à sociedade em geral.
21. Estimular o intercâmbio e a transferência de tecnologias entre empresas e governos dos países da região, de acordo com o conceito de inovação aberta.
22. Reiterar a importância da inovação, do conhecimento e da transferência de tecnologia para o combate às Alterações Climáticas e, neste contexto, continuar a participar ativa e coordenadamente na 15ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP 15), que terá lugar em Copenhaga de 7 a 18 de Dezembro de 2009.
23. Promover e incentivar a utilização de energia produzida com base em fontes renováveis e combater a mudança do clima.
24. Contribuir, de acordo com o princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas, para um esforço global de redução de emissões de gases de efeito estufa, fundado em metas nacionais quantificadas para os países desenvolvidos e em ações de mitigação nacionalmente apropriadas (NAMAs), de acordo com as condições nacionais dos países em desenvolvimento, sustentadas por um fluxo adequado de financiamento e transferência de tecnologia.
25. Trabalhar para que a adaptação dos países em desenvolvimento aos efeitos negativos da mudança do clima seja amparada por fluxos financeiros internacionais novos e adicionais, suficientes e previsíveis 26. Defender o fortalecimento do apoio financeiro e tecnológico dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento na área de mudança do clima, enfatizando o papel chave que deve cumprir, nesse contexto, pelo financiamento público internacional. Reconhecer, igualmente, o papel complementar que o sector privado poderá desempenhar no apoio às ações de mitigação e das tecnologias limpas.
27. Valorizar as melhores práticas para responder adequadamente aos desafios colocados pela crise financeira e económica internacional, que foi também tema de debate nesta Cimeira. Apoiar, nesse contexto, o aumento substancial de capital do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial para assegurar que contem com recursos suficientes para cumprir os seus mandatos em matéria de financiamento para o desenvolvimento. Fomentar de forma decidida o processo de aumento substancial de capital do BID de forma a este culminar na próxima Assembleia de Governadores, que deverá ter lugar em Março de 2010, e de forma a que o processo de revisão do Banco Mundial se conclua nas próximas reuniões da Primavera que terão lugar em Abril de 2010, e contribuir para a adopção de medidas de eficiência e racionalização nas práticas das referidas instituições. Neste contexto, expressam a sua determinação de participar e contribuir activamente num processo de transformação profunda e ampla da arquitectura financeira internacional.
28. Dispor o cumprimento ao acordado nesta Cimeira e solicitar à Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) a dar seguimento aos mandatos emanados do Programa de Ação de Lisboa, que é parte integrante desta Declaração.
29. Agradecer ao Governo do Paraguai a sua oferta para organizar a XXI Cimeira de Chefes de Estado e de Governo no ano 2011.
30. Reiterar o nosso reconhecimento ao Governo da Argentina, pela celebração da XX Cimeira Ibero-Americana em 2010, na cidade de Mar del Plata, e ao Governo da Espanha, que acolherá a XXII Cimeira, em Cádiz, em 2012.
31. Agradecer à SEGIB pelo trabalho desenvolvido em 2009, na execução dos mandatos emanados das Cimeiras.

32. Registrar o ingresso na Conferência Ibero-Americana do Reino da Bélgica e da República Italiana como Observadores Associados e, como Observadores Consultivos, da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), do Sistema Económico Latino Americano e das Caraíbas (SELA), da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), à União Latina (UL) e da Organização dos Estados das Caraíbas Oriental (OECO).

33. Expressar o nosso mais firme agradecimento ao Povo e às Autoridades de Portugal pelo caloroso acolhimento dispensado por ocasião desta XIX Cimeira de Chefes de Estado e de Governo. Subscrevemos a presente Declaração, em dois textos originais, nos idiomas português e espanhol, ambos de igual valor, no Estoril, Portugal, no primeiro dia de Dezembro de 2009.

América Latina e Integração

Uruguai: Frente Ampla elege Mujica com 53% dos votos



Os festejos não foram apenas no, mas ocorreram em muitos bairros da capital e em cidades do interior do país até altas horas da noite.

As primeiras palavras de Mujica como presidente eleito foram em tom conciliador.

“Nem vencidos, nem vencedores. Apenas elegemos um governo que não é dono da verdade, que precisa de todos”, disse Mujica frente a milhares de seguidores que o esperavam há horas sobre a avenida costeira de Montevideu, frente ao hotel onde o candidato esperava os resultados.

Logo solicitou aos militantes de seu partido que não ofendam os votantes da oposição, “que são irmãos” e pediu desculpas à chapa do Partido Nacional pelas vezes que durante a campanha destratou seus candidatos.

O presidente eleito agradeceu aos mandatários da região (Argentina, Brasil, Venezuela) pelos cumprimentos por seu triunfo.

Unasul avança em estratégia de Defesa mas ainda teme bases colombianas

A União de Nações Sul-americanas (Unasul) avançou hoje no desenho de uma estratégia regional de Defesa e Segurança, embora a presença de tropas americanas em bases militares colombianas mantenha o temor em seus membros

Segundo o chanceler equatoriano, Fander Falconí, a Unasul saiu fortalecida do encontro de Quito porque se trataram e pactuaram temas profundos e se adotaram decisões que beneficiarão a região.

No documento central aprovado hoje se inclui o compromisso dos doze países para intercambiar informação sobre despesas, estratégias, manobras e a situação militar da região.

O chanceler venezuelano, Nicolás Maduro, também destacou os avanços registrados na reunião, embora indicasse que há assuntos que estão pendentes e que têm a ver com o temor que despertam sete bases militares colombianas cedidas aos EUA.

Para Maduro, há uma "estrutura central" que perfila a construção de uma doutrina de segurança e de paz para a América do Sul, com medidas de confiança e segurança, que aplainam o caminho para uma maior integração.

Insistiu que a Venezuela espera decisões sobre algumas propostas, como a de declarar a região como "território de paz" e "livre de bases militares estrangeiras".

O Governo da Colômbia reiterou mediante uma carta enviada à reunião de Unasul pelo chanceler do país, Jaime Bermúdez, um dos "grandes ausentes", que o pacto militar de Bogotá com Washington se circunscreve, exclusivamente, ao combate ao narcotráfico e o terrorismo.

Além disso, Bermúdez pediu correspondência a seus vizinhos e disse que os membros de Unasul deveriam dar transparência sobre "todos os casos relativos aos acordos de cooperação militar", em referência aos que estabeleceram países como a Venezuela e Equador com a China, Rússia e o Irã, que também preocupam a Bogotá.

Apesar dos avanços, o tempo resultou curto para tratar outros assuntos que se tinham pendentes no seio do Conselho de Defesa da Unasul, como um pronunciamento do grupo frente à situação de Honduras, embora Falconí dissesse que nos próximos dias a União expressará sua posição.

Se prevê que esse anúncio ratifique a condenação da Unasul ao golpe de Estado em Honduras, identifique ao líder deposto Manuel Zelaya como presidente legítimo do país e se condene as eleições convocadas por iniciativa do líder golpista, Roberto Micheletti.

Também ficou pendente uma discussão sobre a situação de tensão entre Venezuela e Colômbia e se anunciou que a secretaria pro tempore do grupo, em mãos do Equador, administrará uma aproximação com as autoridades americanas para falar, entre outras coisas, das tropas dos EUA em solo colombiano.

À reunião em Quito acudiram chanceleres e ministros da Defesa dos 12 países sul-americanos convocados pelo Conselho de Defesa Sul-americano, que propõe elaborar uma "arquitetura" de segurança comunitária.

A reunião contou com a participação dos chanceleres do Equador, Fander Falconí; Venezuela, Nicolás Maduro; Peru, José Antonio García Belaúnde, e Brasil, Celso Amorim, embora este abandonou antecipadamente a reunião, por atender assuntos em seu país. Também assistiram os ministros da Defesa do Brasil, Nelson Jobim; Equador, Javier Ponce; Paraguai, Luis Bareiro Spaini, e do Suriname, Ivan Fernald.

As delegações da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia e Uruguai estiveram representadas por vice-ministros e outras autoridades, enquanto Guiana não figurou na lista de participantes.

A reunião demorou mais de cinco horas, sobretudo pelo debate em torno da presença de tropas dos EUA na Colômbia. (EFE, 27/11/2009)<http://www.estado.com.br/>

Almoço de Lula e Cristina termina com assinaturas de acordos econômicos

O presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, Dep. José Paulo Tóffano (PV-SP), participou, nessa quarta-feira (18), da cerimônia realizada no Palácio Itamaraty, em Brasília, na qual os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Cristina Fernández Kirchner, da Argentina, assinaram vários acordos que fortalecerão o Mercosul.

No almoço, os Chefes de Estados dos dois países do Bloco se comprometeram em atuar conjuntamente para que o Protocolo de Compras Governamentais do Mercosul, assinado em 2003, finalmente entre em vigência. Ele regulamenta a preferência pelas empresas do bloco nas compras dos Estados Partes. Dessa forma fortaleceria o comércio intra-bloco e a economia dos países. E, para facilitar o transporte das mercadorias os presidentes assinaram a suspensão da exigência do visto no comércio bilateral e acordaram realizar um monitoramento estrito para evitar eventuais desvios de comércio.

Lula e Cristina também acordaram apresentar uma proposta da Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum, avançando na consolidação da União Aduaneira. Os dois países devem definir quais produtos não teriam obrigação de possuir um imposto único em todos os países do Bloco. Além disso, Argentina e Brasil fortalecerão as ações para garantir desenvolvimento produtivo integrado, equilibrando as relações econômicas.

Outro acordo importante assinado na cerimônia estabelece uma Comissão Ministerial integrada pelos respectivos Chanceleres e Ministros responsáveis das áreas de Economia, Fazenda, Produção e Indústria e Comércio, para avaliar a relação comercial entre os dois países. Os Presidentes também se comprometeram em reunir-se a cada 90 dias para debater os resultados dos trabalhos da Comissão Ministerial, com o propósito de assegurar os objetivos de um espaço econômico integrado e dinâmico. *(Parlamento do Mercosul, 19/11/2009)*

Invasão econômica chilena é combustível para tensão bilateral

Para analistas peruanos, espionagem impulsiona temores gerados pela entrada maciça de capital chileno no Peru. Segmentos nacionalistas lembram que perdas de territórios para o Chile no séc. 19 foram antecedidas de investimentos do vizinho.

O escândalo de espionagem entre Peru e Chile reforça temores de uma invasão chilena ao país entre os peruanos, hoje já sensibilizados pela presença ostensiva de investimentos chilenos e pelos crescentes gastos militares do vizinho.

Para analistas peruanos consultados pela Folha, esse cenário explica a reação dura do presidente do Peru, Alan García, que classificou o episódio como típico de "republiqueta" e cobrou explicações ao Chile.

Com isso, o direitista García, cuja gestão é aprovada por só um quarto da população, busca tomar a bandeira nacionalista do opositor Ollanta Humalla, oficial aposentado do Exército e seu rival na eleição de 2006.

"O clima pré-eleitoral no país [a eleição presidencial é em 2011] e a suscetibilidade peruana à presença chilena na economia e ao armamentismo do vizinho explicam a reação desproporcional de García", opina o historiador Carlos Contreras, da PUC do Peru.

O Peru é o terceiro principal destino dos investimentos chilenos no exterior. Foram US\$ 7,2 bilhões desde 1990, dos quais US\$ 678 milhões no primeiro semestre de 2009. São recursos alocados sobretudo no setor de serviços (59%), com destaque ao comércio varejista, e de energia (28%).

"O capital chileno está muito presente em atividades cotidianas no Peru, como lojas de departamentos, supermercados, e isso gera entre a população uma sensação de invasão econômica", diz Contreras.

Diante desse avanço, diz o sociólogo Aldo Panfichi, da PUC do Peru, setores nacionalistas aproveitam para lembrar que as invasões chilenas na Guerra do Pacífico (1879-1884), em que o Peru perdeu parte do território para o vizinho, foram antecedidas por investimentos maciços do Chile em regiões sob litígio à época.

Para Panfichi, o episódio de espionagem deu margem para García promover uma ofensiva político-diplomática contra o Chile, que, imerso na reta final da sucessão presidencial, permanece na defensiva. "O Chile está desconcertado, dando respostas evasivas."

Motivo de inquietação no Peru, as compras de armas chilenas atingiram cerca de US\$ 2,1 bilhões de 2003 a 2007, e o país passou a 12º no ranking mundial e primeiro no latino-americano de receptores de armamentos, aponta estudo do Observatório Político Sul-Americano. Ao lado da Venezuela, o Chile foi o país que mais incrementou a importação de armas na região desde 2005.

Os gastos são impulsionados por lei que destina às Forças Armadas 10% do dinheiro das vendas do cobre, principal produto de exportação chileno. Contrastam com a campanha de García para promover o desarmamento na região e deterioram ainda mais a relação.

A Folha procurou ouvir os ministérios da Defesa e das Relações Exteriores do Chile, que não se manifestaram. *(Folha de São Paulo, 22/11/2009)*

Organismos Multilaterais/Economia Global

Começa a Conferência Ministerial da OMC: não se esperam grandes decisões

Ministros de comércio de todo o mundo direcionaram-se a Genebra para a Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), a primeira desde 2005 - embora o estatuto preveja a realização de tais conferências a cada dois anos. A reunião, que tem início hoje, será finalizada em 2 de dezembro. No entanto, não se esperam grandes decisões e negociações, mesmo no que toca à problemática Rodada Doha.

Nos últimos três anos, a OMC tem constituído alvo de críticas devido à paralisação nas negociações da referida Rodada, a qual já dura oito anos. Ainda distantes de um consenso, os 153 membros da Organização decidiram, em maio, que a reunião não estaria voltada para a negociação, mas seria um “exercício de manutenção”. Para evitar o risco de levar a Rodada Doha novamente ao colapso, optou-se por organizar uma reunião em torno do tema “A OMC, o Sistema de Comércio Multilateral e o Atual Ambiente Econômico Global”.

Mas que contribuição esperar de uma reunião que não prevê negociações? Em 1º de dezembro, os ministros deverão concentrar-se na revisão das atividades da OMC, incluindo as negociações de Doha. No dia seguinte, outra sessão lidará com “as contribuições da OMC para recuperação, crescimento e desenvolvimento”. Concomitantemente haverá um plenário, no qual representantes de governos farão pronunciamentos de três minutos. O diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, espera que as intervenções dos ministros expressem sua visão sobre os compromissos nas negociações de Doha no período posterior a dezembro, bem como orientem as atividades da OMC nos próximos anos.

Quando a Conferência Ministerial não dedicada a Doha foi anunciada, muitos especialistas em comércio aproveitaram a ocasião para discutir assuntos que vêm sendo altamente negligenciados desde o início das negociações, em 2001. São exemplos desses temas: maneiras para melhorar o funcionamento da instituição e novos desafios impostos ao sistema multilateral por fatores como a integração regional do comércio e as mudanças climáticas.

(Provável) Composição da agenda - Pelo atual contexto das discussões, os ministros deverão tomar decisões sobre apenas dois assuntos complexos: as reclamações acerca da “não-violação” ao Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês) e o comércio eletrônico. No que diz respeito ao primeiro, os membros deverão estender, até a próxima Conferência Ministerial, a moratória para demandas mútuas envolvendo danos que tenham surgido dos princípios, e não das regras, da OMC sobre propriedade intelectual. Eles também deverão decidir sobre a manutenção da abstenção de estabelecer tarifas sobre “transmissões eletrônicas”, tais como livros e *softwares* obtidos pela Internet. Ainda, serão tomadas decisões procedimentais, como a data e o local da próxima Conferência Ministerial.

Por outro lado, os ministros provavelmente evitarão a análise da proposta intitulada “Fortalecendo o sistema multilateral de comércio”, apoiada por 18 países desenvolvidos (PDs) e em desenvolvimento (PEDs) (WT/MIN(09)/W/1), incluindo Brasil, China, Estados Unidos da América (EUA) e Índia. O documento, apresentado em outubro, pede que a Conferência Ministerial estabeleça um processo deliberativo para revisar o funcionamento, a eficiência e a transparência da OMC e considere possíveis progressos. Entretanto, a proposta foi desconsiderada após ter sido recebida com indiferença por Bolívia, Cuba, Equador, Nicarágua e Venezuela. Em acordo informal, os negociadores baseados em Genebra defenderam que as decisões dos ministros somente sejam aprovadas por consenso.

Também, os ministros dificilmente decidirão a favor de uma proposta apresentada pelo grupo dos países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs), os quais buscam um pacote de acesso a mercado livre de tarifas e cotas para as suas exportações; um *waiver* que permita aos membros da OMC discriminar em favor dos provedores de serviços dos PMDRs; e um plano ambicioso e específico para acabar com os subsídios ao algodão.

Na conferência, ninguém estará sob maior escrutínio do que Ron Kirk, a principal autoridade de Washington para assuntos relacionados ao comércio. Muitos países estão frustrados com a

indefinição quanto ao que os EUA desejam que outros países concedam nas discussões da Rodada Doha, bem como ao que estão dispostos a oferecer em retorno.

A esse respeito, o ministro das relações exteriores Celso Amorim pontuou que é preocupante o fato de Washington desejar maiores concessões. Tal sentimento encontra respaldo em análises econômicas que sustentam que os parâmetros em consideração já exigiriam que muitos PEDs reduzissem tarifas aplicadas sobre bens manufaturados mais do que os EUA.

Além disso, os negociadores têm poucas esperanças de que, ao longo desta semana, Kirk faça o que for preciso para que as negociações da Rodada Doha progridam. O presidente dos EUA, Barack Obama, está envolvido em discussões internas acerca da reforma do sistema de saúde, das políticas para as mudanças climáticas e da guerra no Afeganistão, e dispõe de pouco capital político para direcionar ao comércio - tópico de baixa popularidade para muitos dos grupos que o apoiam. Segundo a missão dos EUA na OMC, Kirk não comparecerá a um jantar na terça-feira, organizado para ministros e embaixadores do grupo dos dez mais importantes negociadores.

A maioria dos blocos de negociações da OMC baseados em temas específicos agendou encontros de coordenação antes e durante a Conferência - muito embora tais encontros produzam pouco mais que declarações de solidariedade e reiteraões de cada uma das prioridades estabelecidas pelo grupo.

Os ministros do G-20 agrícola encontraram-se com os coordenadores de outros grupos de PEDs e com Pascal Lamy no domingo. Trata-se do bloco de PEDs liderado pelo Brasil, com posição comum em uma série de aspectos em matéria agrícola da Rodada Doha - e que não deve ser confundido com o grupo das 20 maiores economias do mundo. Em comunicado conjunto divulgado depois das reuniões, o G-20 destacou a importância das considerações acerca da agricultura e do desenvolvimento para as negociações de Doha. No documento, o Grupo pediu uma "oportunidade multilateral no início do ano que vem", com vistas à identificação dos obstáculos remanescentes à conclusão da Rodada no final de 2010.

Devem ainda reunir-se o grupo dos PMDRs; o G-33 - que congrega os PEDs sensíveis às importações agrícolas -; o Grupo Cairns de exportadores de gêneros agrícolas; e o G-110, que inclui quase todos os PEDs e PMDRs da OMC.

Ativistas: foco no papel da OMC em serviços financeiros e comércio de alimentos -

Ainda que a Ministerial provavelmente não resulte em mudanças nas regras mundiais de comércio, diversos grupos civis foram a Genebra para protestar contra a OMC. A reunião ocorre dez anos após a interrupção de uma reunião da Organização em Seattle por protestos em massa, fato que serviu de motivação para muitos ativistas. De outro lado, as autoridades da OMC afirmam que tal ocorrência constituiu um descuido e que foi uma coincidência.

No contexto da crise econômica global, alguns integrantes da sociedade civil consideram as provisões relacionadas ao comércio de serviços financeiros responsáveis pela ausência de regras prudentes de regulação. Em oposição a este discurso, as autoridades da OMC, bem como outros especialistas, sustentam que as regras multilaterais concedem aos países amplo espaço para preservar a regulação, e destacam como exemplo o Canadá, país que possui o setor de serviços financeiros razoavelmente liberalizado, mas bem regulado.

Mesmo os aspectos procedimentais desta Conferência Ministerial serão modestos. Mais de 11 anos se passaram desde a realização de uma Conferência Ministerial da OMC que não objetivasse o lançamento de novas negociações - como nos casos de Seattle e Doha - ou a impulsão das negociações em curso - como em Cancun e Hong Kong. Contudo, diferentemente de reuniões ministeriais comparáveis a Cingapura (1996) ou Genebra (1998), o encontro deste ano não terminará com uma declaração formal meticulosamente negociada. Ao invés disso, o presidente da conferência, o ministro chileno do comércio, Andrés Velasco, produzirá uma síntese "equilibrada e factual" das discussões - eliminando, assim, outra potencial ocasião para discórdia. (*Pontes Diario de Genebra, vol. 01, 30/11/2009*)

Texto completo: [//ictsd.org/i/wto/geneva/daily-updates-2009/geneva2009-bridges-daily-updates-portuguese/62563/](http://ictsd.org/i/wto/geneva/daily-updates-2009/geneva2009-bridges-daily-updates-portuguese/62563/)

Entrevista com o embaixador Roberto Azevedo: A interseção de comércio e mudanças climáticas na OMC

Em entrevista ao *Pontes*, o embaixador brasileiro na representação permanente junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevedo, comenta temas relevantes no contexto de justaposição entre a Conferência Ministerial da OMC e a 15ª Conferência das Partes (COP, sigla em inglês) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês).

Diante do impasse na Rodada Doha, as discussões acerca de uma reforma mais ampla na estrutura da OMC adquirem força. Há propostas de um modelo de negociação mais flexível, que inclua, por exemplo, a possibilidade de fechar acordos em temas específicos fora do single undertaking. Como o Brasil se posiciona nesse debate?

A OMC herdou algumas distorções em decorrência do modelo decisório e do padrão de forças prevalecente no Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, sigla em inglês), que privilegiavam os interesses dos países desenvolvidos (PDs). São exemplos dessas distorções a manutenção de tarifas mais elevadas contra os principais produtos de exportação dos países em desenvolvimento (PEDs), os subsídios à exportação de produtos agrícolas - seis décadas após sua proibição para os manufaturados - e a prevalência de subsídios distorcivos à produção agrícola nos principais PDs. Estes temas são prioritários na Rodada Doha, e o impasse atual se deve em boa medida às dificuldades em alguns países para enfrentá-los. O Brasil não teria dificuldades em negociar acordos em temas específicos como o algodão ou os subsídios à exportação de produtos agrícolas. Por outro lado, a ideia de abandonar tais temas por serem delicados e tratar apenas de questões de interesse dos PDs reflete uma visão anacrônica. Para poder avançar, a OMC precisa resolver suas distorções e reequilibrar suas regras de modo a permitir maior inserção dos PEDs no comércio internacional.

A paralisação da Rodada Doha tem sido atribuída à inflexibilidade dos Estados Unidos da América (EUA), porém este país insiste na necessidade de revisão dos textos utilizados na reunião ministerial de julho de 2008. Analistas dos EUA argumentam que parte do impasse na Rodada se deve à excessiva atenção conferida a agricultura e medidas de apoio relacionadas. O encontro com o G-20 agrícola às vésperas da Conferência Ministerial da OMC tem por escopo buscar um denominador comum para concessões? Em que pontos poderá haver mais avanços?

A atenção dedicada à agricultura derivou de um entendimento compartilhado por todos os membros de que, por se tratar de uma Rodada do Desenvolvimento, a agricultura constituiria o motor do acordo buscado. Assim, o ritmo dos progressos em agricultura ditaria o avanço das deliberações nas demais áreas da negociação. Esse é o setor de maior interesse para os PEDs, vez que emprega a maior parte da população nesses países. Também é neste setor que se concentram as maiores distorções, as quais são de responsabilidade dos PDs. Em face deste quadro, seria necessário que as negociações agrícolas liderassem o processo.

A reunião ministerial do G-20 e seu encontro ampliado com os coordenadores dos demais agrupamentos de PEDs destina-se a uma avaliação do estado das negociações e das etapas a serem seguidas no sentido de, com base nas zonas de confluência contidas nos textos dos projetos de modalidades, lograr concluir a Rodada em 2010, tal como indicado pelo encontro de cúpula de Pittsburgh, em setembro.

Os negociadores agrícolas deverão ser capazes de concluir a negociação em torno dos temas deixados em aberto, entre colchetes ou anotados no texto do projeto de modalidades. No entanto, este esforço tem como premissa necessária que as zonas de aterrissagem definidas nos textos não serão alteradas. Caso contrário, esforço adicional de reequilíbrio do pacote negociador deverá ser buscado.

A interseção entre as agendas internacionais de comércio e mudanças climáticas adquiriu maior evidência ao longo deste ano. Como o Brasil se prepara para lidar com a questão? Quais as expectativas na OMC sobre esse tema, caso não se avance em Copenhague?

A interseção entre as agendas comercial e ambiental, tanto no plano doméstico como internacional, não é propriamente um fenômeno novo. Ela remonta às próprias origens do movimento ambiental no século passado, e a maior evidência verificada no momento deve-se essencialmente à proximidade da COP 15. A esse respeito, é preciso ter bem claro que os regimes comercial e ambiental são institucionalmente autônomos e independentes, ainda que

relacionados entre si sob uma perspectiva temática. O Brasil tem contribuído ativamente para o êxito da Conferência de Copenhague e não acredita que esse êxito dependa de avanços específicos no âmbito do sistema multilateral de comércio. A meu ver, o empenho em alcançar um bom acordo em Copenhague não impõe qualquer condicionalidade à atuação do Brasil na OMC. As questões concernentes à redução das emissões de gases de efeito estufa e outros temas correlatos devem ser enfrentados no âmbito do regime de mudanças climáticas e não na OMC. Na hipótese de que a comunidade internacional não alcance o acordo almejado em Copenhague, a OMC não será, a meu ver, um *locus* negociador alternativo, capaz de gerar decisões essenciais em matéria de mudanças climáticas, tema abrangente e multifacetado que extrapola o alcance das disciplinas estritamente comerciais.

As medidas de natureza comercial incorporadas ao projeto de lei ambiental dos EUA - e possivelmente de outros países - despertam críticas em relação ao possível caráter protecionista, além de serem direcionadas a países específicos. O que o Brasil espera da implementação dessas medidas?

Não há surpresa no fato de os EUA, assim como outros PDs, cogitarem valer-se de medidas de cunho comercial para alcançar objetivos de natureza ambiental ou mesmo, de forma velada, com cunho protecionista. A questão relevante é outra: tais medidas são compatíveis com as obrigações assumidas na OMC por esses países? Para responder a essa pergunta, os demais membros dessa Organização têm acesso assegurado ao seu mecanismo de solução de controvérsias. Ao longo dos anos, o sistema multilateral de comércio desenvolveu jurisprudência relativamente farta sobre a relação entre comércio e meio ambiente. Tal construção criou testes bastante rigorosos pelos quais uma medida deve passar antes de poder ser justificada à luz das exceções ambientais e de saúde pública do Artigo XX do GATT. Em qualquer contexto relevante para o tema das mudanças climáticas, o fato de o Brasil dispor de matriz energética limpa é importante e certamente deve distingui-lo de forma vantajosa em relação a outros membros da OMC. Desconhecer as peculiaridades da matriz energética brasileira pode constituir um grave equívoco na aplicação de medidas nacionais de combate às mudanças climáticas, por exemplo. Na implementação dessas medidas, o Brasil espera que os Membros da OMC respeitem rigorosamente os compromissos que assumiram no sistema multilateral de comércio. (*Pontes, vol. 05, n. 05, 11/2009*)

Texto completo da entrevista: <http://ictsd.org/i/news/pontes/62374/>

Mercosul e UE querem avanço em acordo de livre comércio

Chanceleres de países do Mercosul e da União Europeia decidiram, nesta segunda-feira, dar um novo impulso às negociações para um acordo de livre comércio entre os dois blocos.

A decisão foi tomada durante uma reunião dos chanceleres dos quatro países sul-americanos e os de Portugal e Espanha, que ocorreu em Cascais, à margem da Cúpula Ibero-Americana.

"A Espanha está assumindo a presidência da União Europeia no primeiro semestre do ano que vem, numa nova configuração europeia. Tanto (o presidente da Comissão Europeia, José Manuel) Durão Barroso, como a nova representante para as relações exteriores da Europa, Catherine Ashton, e o governo espanhol estão todos convencidos do interesse em retomar com sentido de urgência as negociações", afirmou o secretário-executivo do Ministério das Relações Exteriores, Antônio Aguiar Patriota.

Segundo Patriota, os motivos para a nova postura europeia são as consequências da crise, com o aumento do desemprego, a frustração em relação ao processo de negociação da rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio e a força das economias latino-americanas, sobretudo do Brasil.

De acordo com ele, ao contrário do que aconteceu até agora, as negociações não ficarão apenas no nível técnico.

Uma primeira avaliação política está prevista para meados de dezembro, depois da reunião do Mercosul, marcada para 9 de dezembro. Patriota disse que nesse encontro será marcado o cronograma das avaliações políticas.

As negociações entre os dois blocos para o acordo de livre-comércio se arrastam desde 1995. Da parte do Mercosul, o maior problema são as barreiras europeias aos produtos agrícolas. Os europeus reclamam que o Mercosul não está disposto a abrir o setor de serviços.

Da parte da Espanha, a ideia seria ter o acordo fechado ainda durante o período de seis meses da presidência espanhola do bloco europeu, que começa em 1º de janeiro do próximo ano. (*O Globo, 30/11/2009*)

Sindicatos e Trabalho

6ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora

Dia 11 de novembro, em Brasília

Eixos da marcha

- redução da jornada de trabalho sem redução de salário;
- votação do PL 01/07 que efetiva a política de valorização do salário mínimo;
- novo marco regulatório para o pré-sal, que prevê a garantia do controle estatal e social do petróleo e seus derivados em todo o território nacional e que reafirma nossa soberania;
- atualização dos índices de produtividade da terra e aprovação da PEC 438/01 contra o trabalho escravo;
- ratificação das Convenções 151 (sobre a garantia de negociação coletiva no serviço público) e 158 (que coíbe a demissão imotivada) da OIT;
- aprovação do PL 1621/07 - proposta da CUT encaminhada à Câmara pelo deputado Vicentinho (PT-SP), sobre a regulamentação da terceirização e combate à precarização nas relações de trabalho.

A ratificação das Convenções 151 (que dispõe sobre a negociação coletiva no serviço público) e 158 (que coíbe a demissão imotivada) da OIT (Organização Internacional do Trabalho) é uma bandeira histórica da CUT e do movimento sindical brasileiro.

Uma vez aprovadas pela Conferência Internacional do Trabalho, as convenções podem ser ratificadas ou não pelos países membros. As convenções são formadas depois de muito estudo e análise da realidade do mercado de trabalho no mundo inteiro.

Convenção 151

A 151 em suas diretrizes, estabelece princípios legais para a negociação coletiva no serviço público que garantem, assim, a liberdade sindical, além de reconhecer como instrumentos válidos para a solução de conflitos a mediação, a conciliação ou a arbitragem. Pedro Armengol, membro da executiva nacional da CUT e da Coordenação dos Servidores Públicos, afirma que a sua ratificação é uma exigência antiga da categoria. "Os servidores públicos não possuem o direito de negociação do ponto de vista institucional e nem sempre o que foi acordado com o governo é cumprido. A aprovação da 151 criará condições necessárias para avançarmos na democratização das relações de trabalho."

No Brasil, a classe trabalhadora já obteve um grande avanço com a aprovação da 151 na Câmara, fato que ocorreu no dia 1º de outubro. Agora, a convenção passará pela análise do Senado, antes de ser ratificada pelo presidente Lula.

Convenção 158

A aprovação da Convenção 158 também é de extrema importância para os trabalhadores. Ao coibir a demissão imotivada, ela diminuirá a rotatividade da mão-de-obra no país, combatendo o uso indiscriminado das demissões sem justa causa para rebaixar salários e reduzir custos. Para Shakespeare Martins, membro da executiva nacional da CUT, o que temos em nosso país é uma relação de arbitrariedade e pressão na relação entre o patronato e trabalhadores. "No Brasil, milhares de brasileiros são demitidos injustamente todos os anos e depois encontram muita dificuldade em achar um novo emprego." Shakespeare assegura que com a ratificação da Convenção 158 este panorama irá mudar: "A ação da CUT será muito importante nessa relação. É preciso criar medidas regulamentadoras que coloquem em prática o que nela está determinado". *CNM-CUT, Metal Diário, São Paulo, 10/11/09.*